



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2005

Acta n.º 4

Ao vigésimo primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e cinco, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e cinco de Novembro e Aditamento de quinze de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: ----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 18/10/2005; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da inscrição do Município de Albufeira como sócio da Associação de Professores de Matemática, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal para o Licenciamento Comercial; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea s) do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITÁVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da reversão para o Município de Albufeira do direito de superfície constituído a favor do Imortal Desportivo Clube - Prédio misto sito nos Caligos, freguesia e concelho de Albufeira; -----

PRESENÇAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João

Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Francisco José Pereira de Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaró, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

FALTAS: Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e Fernando Cabrita Neves. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Francelina Lourenço e Fernando Neves, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Euridice Eugénia Mendes Vieira e José Joaquim do Carmo Pimenta. -----

Havendo quórum (vinte e seis presenças), o Presidente da Assembleia Municipal inicia a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não há intervenções por parte do público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

José Pimenta - Sr. Presidente, os dados que nos chegam, frequentemente, dos meios de comunicação social, fontes fidedignas, dizem-nos que vinte por cento dos portugueses vivem abaixo do linear de pobreza. Cada vez mais a pobreza está contemplada em deterioramento dos mais pobres. No concelho de Albufeira, sabemos que há instituições e órgãos municipais, como juntas de freguesia, que resolvem alguns dos problemas, em especial nesta época do ano, no plano da solidariedade, com bens de consumo, vestuário, medicamentos, etc. Para com estes concidadãos, com baixas pensões, desemprego, emprego precário, auto-exclusão, toxicodependência, etc., ficam na margem de uma sociedade neoliberal, mais globalizada, mas menos humanizada e solidária. A sugestão que eu faço é a seguinte: dado que estes actos estão a ser feitos de uma maneira desconcentrada, seria mais proveitoso, na minha opinião, a criação de um gabinete de solidariedade, em que englobasse as várias instituições, juntas de freguesia e Câmara Municipal. Também, pergunto ao Sr. Presidente, o que é que faz, ou o que pensa fazer, no sentido de apoiar e incentivar os jovens de famílias mais carenciadas e entregues a instituições, no prosseguimento disto tudo, dado que estas crianças são duplamente penalizadas? -----

De seguida, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, José Sequeira, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

ORDEM DO DIA

José Pimenta - Foi feita uma convocatória, onde constava a aprovação de duas actas, de dezoito de Outubro e dezasseis de Novembro. Posteriormente, foi feito um Aditamento, onde só já consta a aprovação da acta de dezoito de Outubro. Como sou novo nisto,

gostaria de perceber esta questão? Penso que haveria aqui um rectificativo, na minha opinião?! -----

Presidente da Assembleia - Não há. Os Senhores Secretários da Assembleia previram na altura que fizemos a primeira convocatória ter pronta a acta de dezasseis de Novembro, também. Não o conseguiram. Quando é feito o Aditamento, o lapso ou a expectativa, foi corrigido, reduzindo-se apenas para a de dezoito de Outubro. -----

José Pimenta - Dado que há aqui um Aditamento e um dos pontos aditados é a delegação de competências para as Juntas de Freguesia, na minha opinião, deveria vir antes do Orçamento e das grandes Opções do Plano. E porquê? Porque o Orçamento já vem com a delegação de competências, com os montantes da delegação. -----

Presidente da Assembleia - Está registado, mas também pode funcionar ao contrário, porque se aprovarmos o orçamento antes da delegação de competências, ou se aprovarmos a delegação de competências antes, vai dar tudo ao mesmo, é uma questão de critério. -----

PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 18/10/2005; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não há intervenções, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: dois (2) Euridice Vieira e José Pimenta. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífaro, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

José Pimenta - Em relação à Informação do Sr. Presidente da Câmara, tenho algumas questões a colocar, algumas relativamente aos prazos que são conseguidos, quanto à conclusão de trabalhos de algumas empreitadas, por exemplo o troço da rotunda dos golfinhos. Tinha aqui o prazo de quarenta e cinco dias a partir de três de Outubro e verifica-se que com esse prazo iria até ao fim de Novembro, mas até este momento a obra ainda não está concluída. Esta questão também se aplica à Central de Camionagem de Albufeira. Outra questão que me chama a atenção e que gostaria de um esclarecimento: a celebração de um protocolo com o Clube de Pesca e Náutica Desportiva, no âmbito da prática de xadrez, com o valor de quarenta e sete mil e quinhentos euros e que a seguir tem outro protocolo com o Clube de xadrez de Albufeira no valor de dezasseis mil e duzentos euros. Não sou contra o apoio que a Câmara dá às associações, clubes e outros, mas gostaria que fosse dando, isto é um valor de milhares

de contos, por volta de onze mil e quinhentos contos. Outra questão: foi aprovada a lista provisória da atribuição de bolsas de estudo. Eu gostaria de saber qual o montante que é gasto nestas bolsas de estudo? -----

Presidente da Câmara - Sobre o Sr. Pimenta, à pouco, no período antes da ordem do dia, falou sobre a criação de um gabinete de solidariedade social. Neste momento existe no concelho de Albufeira a rede Social, onde estão integradas todas as associações do concelho de solidariedade social, as Juntas de Freguesia, a Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que reúnem regularmente. Estão presentes todas as entidades que têm a coordenação e o levantamento de todas as situações que existem no concelho de Albufeira. Ou seja, naturalmente que esta estrutura, digamos que, completa-se com as instituições que estão ligadas à área comercial. Há um levantamento e, é em função dele que os serviços funcionam e têm todos os elementos necessários à intervenção. Sobre a questão das obras: as obras têm prazos e depois em função daquilo que são as condições dos concursos, há os pedidos de prorrogação, uns que são naturalmente aceites face às justificações e às condicionantes e outras não sendo aceites, chega a uma altura são aplicadas as multas. Há pouco tempo aplicamos uma multa na obra da estrada das Ferreiras por incumprimento dos prazos. Os técnicos e a fiscalização fazem a verificação e o não cumprimento dos prazos é objecto de, se houve justificação e condições para a aplicação de penalização, ela será considerada. O que eu quero dizer é, obviamente que em algumas, acaba o prazo, noutras há algum arrastamento, as condições são todas pontualmente verificadas em obra, com as fiscalizações de cada uma das obras e depois, chegado a determinado momento, se não forem cumpridos os prazos e se não for por razões justificativas, obviamente aplicam-se as multas, como já tem acontecido. Em relação às bolsas de estudo: a lista está publicada, mas quando o Sr. Pimenta entender pode-se dar a relação dos valores atribuídos. Este ano atribuiu-se mais bolsas de estudo e neste apoio aos jovens diria que, até esta é uma forma de valorização e de os apoiar, ou seja, haver forma de eles continuarem os estudos. Em relação ao Clube de Pesca: o Clube de pesca tem um protocolo conosco face àquilo que é o ensino do xadrez nas escolas do 1º ciclo. O Dr. Rolo tem mais pormenores sobre esse processo, mas esta é uma das razões para que as nossas escolas do terceiro e quarto ano do 1º ciclo tenham todas a aprendizagem do xadrez. -----

Vereador Carlos Rolo - Posso dizer que não é propriamente um subsídio a dar a esses clubes é, digamos, a troca por um serviço prestado em relação às escolas. Como sabem o xadrez é uma actividade rica no desenvolvimento da personalidade da criança em termos mentais. Nesse âmbito, e tendo em conta a divergência desses valores atribuídos ao clube de pesca e ao clube de xadrez, é porque o clube de pesca tem mais escolas e mais alunos a leccionar, do que o clube de xadrez. Conforme o que o Sr. Presidente disse agora, neste ano lectivo atingiu-se o pleno, todas as escolas do 1º ciclo do concelho. Isto também vem no âmbito da Ministra da Educação quando propôs às escolas do 1º ciclo que estejam abertas e com os alunos ocupados até às dezassete horas e trinta minutos. Já vinha sendo feito isto antes da Ministra tomar essa atitude, mas no fundo veio ajudar as escolas nesse sentido e tem sido bastante proveitoso. No final deste ano lectivo espero

fazer uma avaliação desse trabalho, para depois apresentar, provavelmente aqui na Assembleia Municipal. -----

Fernando Cabrita - Resido neste momento na zona da Galé e reparei que há uma melhoria daquela zona, na Urbanização que tinha uma série de infraestruturas para concluir, nomeadamente aquela andar age da Vila Galé Praia. Penso que terá sido a sociedade proprietária daquele hotel que melhorou as infraestruturas, nomeadamente os passeios, até parece que os passeios se situavam em terreno próprio do hotel e vai até quase áquilo que se pode chamar a frente de mar. Não houve nenhum projecto, como foi o caso do Eixo Viário que foi uma coisa pensada e projectada, mas deparei que houve ali uma preocupação de fazer um passeio. O passeio, numa parte, nomeadamente aquela que está mais junto ao mar, concretamente entre os dois apoios de praia que ali existem, é uma bizzarria estar a chamar a atenção a isto, mas parece-me que houve o cuidado de pôr dois lancis, um por fora e outro, do outro lado, efectivamente o passeio lá está, intacto, na composição que lá se fez. Na outra parte, que é exactamente quando se desce para o primeiro apoio de praia, aquele que está ao centro, fizeram de facto os passeios mas, não houve o cuidado de pôr o segundo lancil da parte de dentro, junto à areia, o que acontece, é que o passeio está praticamente cheio, o que é uma pena, porque de facto alguém se vai ressentir nisso. Por outro lado e isso é que eu queria chamar a atenção e tenho tido a satisfação de verificar que das duas ou três chamadas de atenção que fiz ao Sr. Presidente, não caíram em cesto roto, uma delas foi a passagem de peões aqui em frente ao Tribunal, que foi executada na mesma semana, uma outra foi o terminar as duas rotundas, uma que fica exactamente em frente ao edifício Galé Mar e a outra que se situa mais há frente, junto à pastelaria Colibri. Ambas as rotundas, não digo entulho, mas tinham aquela terra menos própria, que não embelezava nada e de um momento para o outro foram lá postas palmeiras que deu um ar bastante diferente e o turismo beneficiará com disso e não só, também os cidadãos que ali habitam. Relativamente à rotunda, se se pode chamar rotunda, aquele largo que se situa exactamente junto áquele apoio de praia Pedras Amarelas, o que ali está é uma manilha com os bordos quebrados, com um ar abandonado e que não tem nenhum aspecto. Eu penso que, com pouco dinheiro, talvez se conseguisse melhorar aquilo sem ter a preocupação ainda de lhe dar uma versão definitiva, se essa versão definitiva ainda não está, provavelmente, planeada e de forma a ser executada muito em breve, mas há melhorias que poderiam ser introduzidas por forma até a ordenar aquele estacionamento que se faz de forma muito hierárquica, sobretudo junto à época balnear. Gostaria de perguntar se, de facto, há alguma coisa pensada para aquele espaço? Por um lado, afixar aquele passeio para evitar que a obra se destrua, o que reverterá para novas despesas a compor de novo e, outra é relativamente à tal manilha que ali se situa, naquela rotunda ou largo. -----

Presidente da Câmara - Sobre as obras que foram executadas e o lancil, realmente está deslocado. Eu estive lá há de duas semanas com os técnicos da CCDR, por uma razão muito objectiva, que é, nós já temos o projecto para a qualificação daquele espaço todo e tendo nós mandado executar o projecto, chamei lá os técnicos para ver se conseguia que fosse a CCDR a fazer o investimento público no âmbito da CCDR. Como a CCDR também fez a qualificação daquela zona na Oura, em frente ao Clube Praia da Oura. Obviamente

que, entendo que era importante que eles fizessem aquela qualificação, daí nós termos avançado já com o projecto e já o entregamos à CCDR para trabalhar nessa requalificação. Tem ali um problema que é: a Câmara ao longo dos anos foi ocupando o terreno que é da Sra. Baronesa e nunca lhe prestou contas, ou seja, foi fazendo como se o terreno fosse dela. Neste momento, mandei fazer um levantamento total do terreno que a Câmara ocupou, para tentar que a Sra. Baronesa seja ressarcida, pelo menos moralmente, acho que tem o direito, não podendo ela fazer ali qualquer construção porque o terreno está numa zona completamente primitiva em termos de POC. O meu objectivo é fazer ali uma circulação em que haja uma abertura pelo meio dos pinheiros para fazer a circulação do trânsito e pôr um passeio igual ao que está do lado direito, ou seja, fazer uma requalificação de maneira a criar mais lugares de estacionamento ordenado e arranjar em termos paisagísticos aquela ponta de pinhal e arreia que lá está. Isto é o que está a ser feito já com a CCDR. -----

Fernando Cabrita - Quando é que se prevê fazer? -----

Presidente da Câmara - Há aqui duas situações. A possibilidade de fazer antes do Verão é muito complicado, mas se já resolvemos uma rotunda com um pneu, também resolvemos uma rotunda com uma manilha. Quero dizer que, o processo está encaminhado, o Vereador Carlos Quintino tem toda a informação, já estive lá com o Dr. Sebastião, o Eng. Dinis e com uma arquitecta paisagista, ou seja, estamos a trabalhar com um objectivo muito claro. Para se fazer à pressa, fazia-se antes do Verão. Para fazer bem, tem de ser feito depois do Verão, por uma razão, é que o terreno não é nosso. Não quero fazer como tem sido feito ao longo dos anos, porque a Senhora merece o máximo respeito. Penso que para a semana tenho o levantamento total da área do terreno pertencente à Senhora Baronesa. Quanto á questão do lancil, peço ao Sr. Vereador Carlos Quintino que vá lá verificar o que é que se pode fazer de imediato. -----

Fernando Cabrita - Essa parte já não pertence à Baronesa? -----

Presidente da Câmara - Não. Não pertence. -----

Ana Patrício - Sr. Presidente. Aquelas obras que foram iniciadas em Outubro do ano passado no Cerro d'Águia, já terminaram ou não? Da estrada do Cerro d'Águia até cá abaixo, à estrada de Vale Parra. Patroves. -----

Vereador Carlos Rolo - Foi feito uma parte em termos de saneamento e depois uma parte da remodelação do depósito de Patroves está inserida numa empreitada que neste momento está parada precisamente porque houve uma providência cautelar. Está assente naquela conduta, que passa na parte de trás do reservatório do Pátio, um novo e com as expropriações, houve problemas. Neste momento está parada. -----

Ana Patrício - É que a questão que se coloca é que na Urbanização das Águias Negras, onde eu e o Eng. Sequeira residimos, nas infraestruturas que já estavam terminadas e entregues, foram abertos passeios e ruas. Neste momento temos um buraco com dois metros quadrados aberto já há um ano e pouco, passeios completamente destruídos com pedras em monte. Uma vez por mês aparecem dois homens, mas logo voltam a desaparecer. É para saber se aquilo é para se manter e se o embargo inviabiliza que se termine as obras? Realmente, aquilo está numa situação perigosa para todos os que ali passam. -----

Ricardo Silva - Gostaria de fazer mais um alerta para as obras, nomeadamente a do Eixo Viário. Naturalmente existem as multas para fazer face aos atrasos, mas, contudo, por vezes, não são as multas que pagam os prejuízos, nomeadamente a imagem de Albufeira que poderá ser prejudicada, numa altura de eventos e festas, que vamos receber milhares de pessoas que vão deparar com uma situação bastante desagradável. Aquela obra já trouxe alguns prejuízos a Albufeira e continua a trazer. Julgo, existir aqui alguma falta de coordenação em termos de promoção. Por um lado investe-se milhares em promoção, mas esquecendo-se daquilo que é importante, aquilo que é a aparência, a parte visual. É a mesma coisa que eu fazer uma festa em casa, convidar muita gente e ter uma casa suja. Essa festa pode ser muito boa, mas as pessoas notarão, concerteza, que a casa estava suja. Faço esta intervenção para que de futuro haja melhor coordenação nestas coisas. Fazer um género de intervenção junto de quem tem a obra para cumprirem os prazos e a Câmara neste papel tem de ser mais interventiva neste sentido. Tenho dito. --

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da inscrição do Município de Albufeira como sócio da Associação de Professores de Matemática, nos termos da alínea m) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, José Pimenta, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

O membro Francisco Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, estava ausente da sala. -----

PONTO QUARTO

Eleição de um representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal para o Licenciamento Comercial; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----



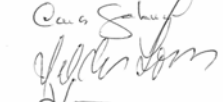

Rui Bernardo - Apresenta proposta A (doc.1). -----

Proposta

(A)

Doc 1

O Partido Social Democrata propõe
para a Comissão Municipal para o
Livre Comércio com o Dr Paulo
Alexandre Figueira Freitas.


João Baptista
Vice-Presidente
Associação Comércio

Carlos Santos

António Gomes

Paulo Almeida

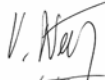

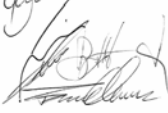
Pedro Ferro - Apresenta proposta B (doc.2).

Proposta

(B)

Doc 2

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista
na Assembleia Municipal de Albufeira, vem
propor para representantes da cidade
Asssembleia junto da Comissão Municipal para
o Livre Comércio, o deputado municipal
Francisco José Ferreira de Oliveira.

O Grupo Parlamentar
do Partido Socialista
Albufeira 21.12.2015.


António Costa
Vice-Presidente
Associação Comércio

Paulo Almeida

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as propostas apresentadas a votação, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

PROPOSTA A - quinze (15) votos -----

PROPOSTA B - dez (10) votos -----

EM BRANCO - um (1) voto -----

Aprovada a PROPOSTA. Membro eleito - Paulo Freitas. -----

Antes de apresentar o ponto seguinte, o Presidente da Assembleia propõe à Assembleia que se faça a discussão dos dois pontos seguintes em simultâneo. Ninguém se opôs. -----

PONTO QUINTO E PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Orçamento para o ano 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos membros. -----

Vitor Neto - Eu penso que este é um ponto muito importante, porque se trata de apreciar e votar dois instrumentos que de certa forma marcam a vida do concelho nos próximos anos, que o digam as fontes de financiamento e a totalidade dos recursos à disposição, também a aplicação das despesas e dos investimentos a realizar e de certa forma também clarificam, dando uma ideia das disponibilidades que o executivo municipal considera que são justas na sua óptica. Eu gostaria de começar por dizer que, os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, vão votar contra estas propostas de Opção do Plano e do Orçamento. Fazem-no com alguma tristeza, porque gostariam de encontrar razões para votar a favor ou pelo menos absterem-se. No fim, apresentarei uma declaração de voto escrita, mas de qualquer maneira gostaria de fazer algumas considerações. Nós votamos contra, não por conceito político-partidário ou porque somos oposição e temos de votar contra, mas votamos contra porque consideramos que existe uma contradição entre as propostas que são submetidas à nossa apreciação e no fundo aquilo que era proclamado por o actual e também anterior Presidente da Câmara, que na anterior legislatura é sobretudo uma contradição com aquilo que foi apresentado, largamente prometido, durante a campanha eleitoral. Se nós olharmos para as previsões de investimento e às execuções destes últimos anos, 2003, 2004, 2005 e a previsão de investimento para 2006, temos esta coisa espantosa: em 2003, de uma previsão de investimento de vinte e sete milhões de euros, houve uma execução de quinze milhões; em 2004, por uma previsão de mais de trinta e dois milhões de euros, há uma execução de vinte e um milhões; em 2005, até finais de Setembro, para uma previsão de quase vinte e oito milhões de euros, uma execução de treze milhões e oito mil euros e depois, temos esta coisa espantosa, é que para 2006 a previsão já é igual à execução, digamos, de 2005

até Setembro, é de treze milhões e oitocentos mil euros. Espero que não haja uma execução de metade para 2006, então seria uma catástrofe para o nosso município. Acho que também se podem tirar algumas conclusões políticas, porque, digamos, na melhor das hipóteses se o executivo conseguir executar o investimento que tem na sua previsão, 100%, fica com a execução de 2005. Alguém poderia, com alguma malícia, dizer assim: "É que em 2003, 2004 e 2005, o anterior executivo estava a se preparar para as eleições. Em 2006, como não vai haver eleições, digamos, é mais realista e coloca uma previsão daquilo que pretende cumprir.". Nós pensamos que estes números no fundo causam uma certa frustração em relação às expectativas criadas. Eu gostaria que a actual maioria neste município, pensasse um bocado, meditasse sobre estes pontos, ela própria assume os seus próprios números, porque eu penso que estes números causam uma preocupação porque não estão fragilizados, demonstram contradições deste executivo e demonstram um certo "navegar á vista" e digamos que, pode ser extremamente perigoso para o futuro deste concelho. Depois, de facto, verificamos que, corta-se na educação, corta-se na habitação e nos colectivos, corta-se nos serviços culturais e corta-se nas contratações. Em algumas rubricas há aumento de despesas (já vemos quais), noutras há adiamentos, noutras há esquecimentos, coisas que já estavam orçamentadas em anos anteriores e desaparecem. Eu não quero ser malicioso, não quero pensar que desapareceram só porque não há eleições agora, mas pode-se pensar isso, a ligeireza com que algumas coisas foram orçamentadas em anos anteriores e depois são retiradas. Mas vejamos algumas coisas sectorialmente: no caso das despesas de administração, há um aumento de 20% relativamente a 2005 e o que temos aqui? Temos compra de veículos, temos aumento de despesas nas instalações. No que diz respeito à segurança e à protecção civil: temos uma verba de setenta e sete mil e quinhentos euros para protecção civil, metade dessa verba é para comprar uma viatura todo-o-terreno, quando se sabe que anteriormente se tinha comprado também uma viatura de gama alta. Eu acho que, seria muito interessante que esta Assembleia fosse sendo informada sobre os Kms que faz esta viatura e sobre a sua utilização no futuro, digamos que, de facto, desperta-nos alguma curiosidade. Quanto à Polícia Municipal: afectasse uma verba de duzentos mil euros, quando se continua com quatro pessoas e um veículo. Perguntamos se isto será memo Polícia Municipal ou foi um grupo para tirar umas fotografias há uns meses atrás. Isto são coisas muito importantes, porque avançar nesta questão da Polícia Municipal é uma responsabilidade muito grande, ou é ou não é, ou faz-se ou não se faz e tem de haver a coragem de assumir a responsabilidade. Em relação à orçamentação: como já disse, há um corte em relação às anteriores orçamentações. É claro que as obras em curso têm as suas dotações, têm de ser concluídas, mas em relação a novos projectos, por exemplo a escola de Ensino Básico 1,2,3 da Guia, só terá direito a ver a luz do dia lá para 2008, se tudo correr bem, como as eleições estarão próximas é provável que corra bem e ficamos com curiosidade. Em relação á construção da escola de Hotelaria e Turismo: eu gostava de dizer aqui, até porque tenho alguma experiência neste sector, que não vai haver uma escola de hotelaria e turismo em Albufeira, o que poderá haver em Albufeira é um núcleo da escola de Hotelaria e Turismo de Faro. No Algarve existe uma única escola de Hotelaria e Turismo. Uma Escola de Hotelaria e Turismo significa ter um corpo administrativo, ter um corpo

docente e não há condições para ter aqui uma outra escola, haverá condições sim, para se lutar para se ter um núcleo de formação profissional de hotelaria e turismo em Albufeira. As pessoas também, do grupo do Partido Socialista, que têm experiência e conhecimentos nessa área, têm contactos nessa área, talvez pudessem criar as condições para termos aqui um núcleo da Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, em relação a essa matéria. Por outro lado, nós sabemos que o parque escolar está sublotado e em relação às carências do Montechoro e Cerro do Ouro, parece-nos insuficientes as dotações que são afirmadas. No que diz respeito à Acção Social: há um Lar de Terceira Idade prometido para as Ferreiras, em 2001, mas mais uma vez a sua realização fica deferida no tempo. A Creche, Centro de Dia e Unidade de Acolhimento Temporário para a terceira Idade, Prevista para os Olhos d'Água, já considerados para 2005/2006, vêem a sua execução adiada para 2008 e por aí fora, há uma série de matérias que são adiadas. Em relação à Habitação Social: os projectos de habitação social com efeitos no concelho, continuam a não merecer a luz do dia. Não têm sido executados fogos de habitação social, no concelho, nos últimos anos. Faz-se uma previsão orçamental dos valores, já constantes no plano em 2005, com alguma redução, mas deixam-se cair os projectos de habitação social nas freguesias de Paderne e Albufeira, anteriormente previstos. Reduz-se a verba orçamentada para essa rubrica em cerca de 20%, relativamente ao previsto em 2005 no plano para 2006, sendo que a verba orçamentada não tem fonte de financiamento definido. Em relação à requalificação urbana: parece-nos que deixou de ser uma prioridade neste mandato, não percebemos bem a explicação para esta matéria. Em termos de saneamento e abastecimento de água seria talvez o momento, depois de termos passado grandes projectos para as Águas do Algarve, de dar prioridade à cobertura total do saneamento no presente mandato. Analisando o programa plurianual de investimentos, tal objecto não se vislumbra, nem os bens afectos para o projecto arrancar o permite. Em relação à cultura: há aqui o falar do Museu para o Turismo, sobre o qual é uma coisa um bocado misteriosa para mim, que eu acho que se tem de ter cuidado em relação a essa projecto, que já está aqui a deslizar e talvez fosse ocasião de o deixar deslizar ainda mais, ou de rever esta prioridade. Nós congratulamo-nos com o projecto para o Museu de Paderne, que continua no leque das prioridades, esperamos que passe à realidade dentro do prazo previsto. Em relação ao desporto: sim senhor, está aqui uma aposta muito grande do executivo, apesar da redução do investimento, mas aparece projectos para pavilhões polidesportivos, campos de ténis, etc., sendo que se aposta nas infraestruturas desportivas. É um objectivo positivo, mas nós também chamamos a atenção para a necessidade de termos projectos pedagógicos, de dinamização e de formação para a utilização dessas infraestruturas. Porque nós podemos correr o risco de termos mais infraestruturas do que utilizadores, se não conseguirmos fazer esse trabalho, em relação com as escolas, com a sociedade civil, com toda a população, no sentido da sua utilização, por exemplo, a subutilização da pista de atletismo no Estádio Municipal, é evidente que é prioridade. Em relação às vias de comunicação: deslizam algumas para 2007 e 2009. Podíamos continuar por aí fora, aliás é um bom exercício, ler-se com atenção esses projectos, porque mostram não só as carências que temos ainda e os desafios, mas também as grandes responsabilidades para quem dirige este concelho.

Eu devo dizer que, esta redução de ambição que é de certa forma um certo realismo do executivo municipal, no fundo é um aterrar na terra, é também preocupante e demonstra por um lado que o executivo falou alto demais e quis voar alto demais e que agora tenta regressar á terra, mas fá-lo de uma forma que eu não sei se é ponderada e se é forma que não é preocupante em relação ao futuro. Portanto, isto demonstra também um certo pessimismo vosso, demonstra que talvez tenham ido demasiado longe em certas afirmações e demonstra um conjunto de fraquezas, de omissões e de adiamentos. Por todas estas razões, que nós vamos votar contra e vamos ter uma atitude de vigilância construtiva e responsável, porque nos preocupa, de facto e certamente vocês também vos preocupa, o futuro do nosso concelho. Podemos dizer com toda a clareza, que ficamos com preocupações e sobretudo em relação aos problemas do futuro. Por estas razões, iremos votar contra o Plano e o Orçamento apresentado. Obrigado. -----

Francisco Calhau - Ouvi com muita atenção, as críticas do Sr. Deputado Vitor Neto. Não vou discuti-las, naturalmente. Mas quem o ouviu com atenção, fica perplexo. O resultado das eleições e aquilo que disse é algo que não bate certo. De facto, ou o Partido Socialista na realidade tem uma visão diferente da dos eleitores, ou o resultado das eleições não transpareceu essa preocupação dos munícipes. Quanto aos desvios das despesas, que focou, na realidade eles existem, mas também existem desvios, para menos, nas receitas que se previa cobrar. Portanto, as despesas que foram efectuadas, têm a ver com as receitas que foram cobradas e não com as expectativas das receitas que se esperaria ter. Naturalmente, se elas fossem o que se esperava, as despesas com investimentos também seriam maiores. Naturalmente que, não focou outros pontos que também são importantes, como seja a credibilidade que a Câmara hoje tem perante a sociedade que a rodeia, designadamente nos fornecedores e empreiteiros. É uma questão extremamente importante, podemos analisar comparar com o passado. É uma questão que é extremamente importante, hoje, como nós sabemos. Não focou, por exemplo, também, as dificuldades com a crise nacional. Toda a gente sabe que existe e tem existido nos últimos anos e o reflexo que isso tem em todas as autarquias, a Associação de Municípios di-lo abertamente e portanto, não serão só as Câmaras do PSD, ou da oposição, que sentem esse sufoco. Naturalmente a Câmara de Albufeira, como outras todas do país, também sente. Esta autarquia sente com maior reflexo, porque tem uma visibilidade muito maior, ao ser um dos principais cartazes de publicidade do turismo a nível nacional. Mas volto a ter que lembrar que em Setembro passado, um jornal semanário a nível nacional, que me parece que não é suspeito, revelou um conjunto de indicadores, alguns de conforto, outros de politica ambiental, a nível nacional, em que colocava a Câmara de Albufeira em quinto lugar. Também convinha que fizéssemos o discurso pela positiva, relativamente a essas questões o que normalmente não acontece. Se há uma justificação para o voto contra, e aceito democraticamente esse direito, não vislumbra no passado deste executivo a razão para tal, nem inclusivamente no resultado das votações. Os munícipes nesse aspecto, são quem julga o que se fez e portanto não vislumbro nada, no seu recente julgamento, que faça transparecer essa mancha negra que justifique a votação que pretendem dar ao Orçamento e ao Plano. -----

Vitor Neto - Não se trata de um quadro negro, toda a gente sabe que o município de Albufeira é um município com recurso. Agora, a gente não pode dizer que há recursos quando nos interessa e a seguir para admitir a precisão de investimento para 2006, digamos que é metade do que foi no ano passado e agora vem-se falar em crise nacional. Então, às segundas, quartas e sextas, somos os maiores, às terças, quintas e sábados, estamos em crise! Não tem de haver aqui uma coerência?! E não há contradição nenhuma entre aquilo que eu disse e o facto dos eleitores, num concelho rico, com recursos, num concelho que se permite fazer coisas que noutros concelhos não se podem fazer, porque não há recursos para isso, mesmo em concelhos do Algarve, é evidente que os eleitores podem estar satisfeitos com muitas das coisas que foram feitas e alguns até com a colaboração das Juntas de Freguesia, também do Partido Socialista e do esforço dos autarcas do Partido Socialista. Não é isso que está em causa, o que está em causa é que num concelho com estas características, meus caros amigos, as responsabilidades são muito grandes. Albufeira, por a sua força na área do turismo, aliás, área do turismo que não se vê em nenhuma parte do Orçamento e do Plano, o que há é eleitores que vivem assim, de economias do turismo. É uma coisa estranhíssima, aliás, não é a única no Algarve, em todos os concelhos temos essa coisa espantosa, que é, sermos a região mais importante do turismo, mas do turismo nunca se fala, só se fala de eleitores, mas da actividade económica da qual todos nós vivemos, até esta Câmara Municipal, que não teria até os funcionários que tem, se não houvesse a força económica do turismo. A grande questão que se coloca é que, o meu caro amigo diz que, a execução foi mais baixa porque houve também uma diminuição das receitas. Então é porque houve uma previsão errada das receitas? Então é porque é que prevêem receitas inferiores para 2006? Se se enganarem na previsão das receitas para 2006, daquilo que me diz enganaram-se nos anos anteriores, só receberam metade daquilo que estava previsto, será um desastre, mas o meu amigo sabe que isso não é assim. Houve foi uma previsão exagerada de receitas e houve propostas de realização de despesas exageradas, porque interessava. Está aqui o segredo. No fundo, este orçamento que apresentam este ano, é mais realista. Tem de ser menos demagógico, desculpem o termo, não é para ofender, é um termo político, portanto, os senhores aterraram, meteram os pezinhos mais na terra. Muito bem. É uma base importante para o podermos discutir. Estas, são as grandes questões. Uma coisa é certa, nós temos todos grande orgulho neste concelho, nós todos temos consciência da importância económica deste concelho e nós todos lutamos para que este concelho seja mais forte, mais rico, mais próspero, que as pessoas tenham trabalho e se possa ter uma vida melhor. Esta é que é a nossa base de partida, mas não podemos deixar de dizer que estamos preocupados e estamos em desacordo com as propostas que os Senhores fazem.

Francisco Calhau - Permita-me ter uma leitura diferente em relação à receita. Não houve uma previsão exagerada, houve uma previsão que a crise económica não deixou concretizar. É um facto e podemos confirmar isto em todos os concelhos do Algarve. Quais foram os Planos, ou as despesas, ou as receitas que estavam previstas, que foram realizadas? Sejam do PS ou do PSD, todas elas vivem do turismo e vamos ver se efectivamente eu tenho razão ou não? É uma questão que pode ficar em aberto para analisarmos. Gostaria também de dizer o seguinte: eu compreendo perfeitamente, quando

diz: num concelho turístico, o centro deve ser o turista e não o munícipe. Mas não é o turista que vota, é o munícipe e portanto, sendo assim, nós só podemos analisar na base daquilo que se passa e não daquilo que gostaríamos que se passasse, na certeza, porém, que num concelho cuja actividade principal é o turismo, se pressupõe que o munícipe penalizará, naturalmente, as forças políticas que no executivo não tenham políticas correctas para a actividade turística. É o que eu penso. Volto a dizer, com o devido respeito democrático pela leitura que acabou de fazer, que eu não tenho a mesma visão e a mesma óptica de análise. -----

Vitor Neto - Meu caro amigo, se o Senhor gerisse uma empresa, com essa sensibilidade! Em consequência da crise económica, as suas receitas passam para metade e o Senhor não se apercebeu, nem pode prever isso, então é melhor não estar a gerir uma empresa. Os empresários não trabalham assim. A situação de crise económica no nosso país, já tem vários anos e todos nós sabemos com que linhas nos cosemos, no ponto de vista económico. Eu, como empresário, sei isso muito bem. Quem gere uma Câmara também sabe isso muito bem e se não sabe, deveria ter competência para saber. Portanto, tem de prever uma baixa de receitas se acha que a crise pode ter consequência nisso. Esta é a primeira questão. Gostei muito da sua sinceridade, deve-lhe ter saído espontaneamente. É verdade que os turistas não votam, eu já sabia, mas sei que muita gente tem uma grande fé nessa ideia. -----

Francisco Calhau - Os turistas não votam, mas não significa que a qualidade do turismo ou a qualidade de vida, em Albufeira, seja má. A não ser que as análises que se fazem nos jornais de projecção a nível nacional, não valham nada. Há bocado referi que em Setembro saiu uma e colocava Albufeira, em média, num conjunto de indicadores, em quinto lugar a nível nacional. Eu sei que algumas pessoas e principalmente a oposição, não gosta que se refira isso. Gostam de desvalorizar, mas no entanto, essa é a realidade. -----

Vitor Neto - Diga-me, quando é que me viu, cidadão Vitor Neto, desvalorizar a importância económica em Albufeira, a importância do turismo em Albufeira, a importância do turismo no Algarve. Diga-me. -----

Presidente da Assembleia - Não entrem em diálogo. -----

Francisco Calhau - Não digo isso de ninguém no concelho de Albufeira. Essa interpretação parece-me ser abusiva. Nós estamos a debater argumentos aqui, não estamos argumentar lá para fora. Aí parece-me que estamos todos do mesmo lado. Nesse aspecto, desculpe que lhe diga, não pode tirar essa relação. A relação que pode tirar, é a de que os argumentos que está a utilizar aqui neste momento, no debate, não têm em conta essa questão, que é uma questão importante. É isso que estou a dizer. Obrigado. -----

José Pimenta - Eu queria confrontar aqui quatro ou cinco coisas, em relação ao Programa do PSD e ao que aparece nas Grandes Opções do Plano. Aparece no Programa do PSD, quarenta hectares de zonas verdes. Eu acho que ao longo dos anos deveria ter sido efectuado, mas que eu não consigo vislumbrar nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento, valores para efectuar estas obras. Não é com meia dúzia de tostões que conseguimos construir quarenta hectares de zonas verdes. Estou a lembrar-me da zona do Estádio Municipal/ Piscinas. Naquela zona deveria nascer uma zona verde, mas infelizmente passou tudo para uma zona praticamente urbanizada. Também temos aqui o

Parque de Estacionamento: três mil e seiscentos lugares, que eu também verifico, tanto no Orçamento, como nas Grandes Opções do Plano, e não consigo vislumbrar valores que consigam nestes quatro anos, estes três mil e seiscentos lugares. Gostaria também de falar em relação à construção de habitação social: há cerca de quinze anos que não se constrói uma habitação social no concelho de Albufeira, mas no entanto, no Programa do Governo vem lá "Construção de habitação social a preços controlados para jovens". São estas questões que gostaria de deixar aqui em relação às Grandes Opções do Plano. Em relação ao Ambiente, também gostaria de dizer alguma coisa: Questionei o Sr. Presidente à cerca de dois anos, sobre aquela situação nos Salgados, e a resposta foi que, nesses dois anos não se estava em estado de resolver a situação. Passados os dois anos, ganhamos novo mandato e verifico que não encontro nada que me leve a pensar que essa situação seja resolvida. É um problema de Ambiente e de Saúde Pública. Queria realçar aqui também, os gastos que são efectuados nas Festas de Fim de Ano e Iluminação: Nós, CDU, não estamos contra as Festas de Fim de Ano e não estamos contra a Iluminação, mas o certo é que, há necessidade de alguns desses valores irem para outras rubricas. Eu penso que andarà à volta de trezentos mil contos, que seriam no meu ponto de vista, uma hipótese de dar apoio aos mais jovens, Incentivar os jovens, que vivem numa sociedade cada vez mais desumanizada, porque eles serão o "amanhã", os homens e mulheres que nos vão substituir. Queria também frisar aqui um ponto, que nós de há três anos para cá, temos tido razão: é a situação dos Impostos e Taxas Municipais. Há já três anos que nós temos vindo a propor que a taxa deveria baixar de 0,7% para 0,6%. O tempo veio nos dar razão, verificamos no Orçamento um aumento de nove milhões de euros nesta rubrica. Higiene e Limpeza: a privatização destes serviços, na nossa opinião, vem agravar os custos destes serviços, mas não só, também pensamos que não houve melhoramento nos serviços. Por agora é tudo. -----

Paulo Freitas - Eu, no que concerne, que ao Orçamento, quer às Grandes Opções do Plano, cumpre-me realçar a sua sobriedade. De facto, é um Orçamento sóbrio, realista, na sequência daquilo que o Executivo vinha a fazer no mandato anterior e que gostemos ou não, foi aprovado, pelos munícipes. Essas pessoas, sejam ou não eleitores, porque também munícipes são aqueles que não votam, que não têm idade para o fazer, saíram beneficiados. Vê-se que a critica vai no sentido do Executivo fazer ou não fazer. Queremos apoiar o turismo, mas criticamos as festas; Queremos apoiar o turismo, mas criticamos a Iluminação; Queremos apoiar o turismo e, ainda não se falou na participação da Câmara Municipal nas Feiras Internacionais. Não se sabe qual o benefício, mas isso está projectado, foi feito, continuará a ser feito, porque há o interesse de pôr Albufeira no primeiro plano. No ano passado, obteve-se resultados nisso, o Eng. Calhau referiu-o e muito bem, a menção com um honroso quinto lugar a nível nacional. Mas isso não é ao acaso, não acredito em coincidências, acredito no trabalho, e este deu frutos e continuará a dar. Em vista está um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano, onde tem em primeiro plano as pessoas, as crianças, os idosos, a educação. Veja-se a título de exemplo, ainda que seja só em termos de percentagens, elas valem o que valem: o total das funções sociais só para o ano de 2006, são 70% do Orçamento da Câmara Municipal. E é disto que aqui falamos: pessoas; Câmara Municipal; uma cidade; Freguesias. É isto que

o Orçamento tem em vista, efectivamente é melhorar as condições de vida das pessoas. Os números poderiam, efectivamente, serem outros, mas os objectivos serão cumpridos, tal como foram no ano passado. Muito obrigado Sr. Presidente. -----

José Pimenta - Eu gostaria de reafirmar que a CDU não está contra as Festas em Albufeira. Nós não podemos é rivalizar com as Festas da Madeira. Nós devemos, na minha opinião, ser mais modestos. Nós verificamos que neste momento, a iluminação está em zonas que estão a ser melhoradas. Eu estou perfeitamente de acordo que haja Festas de Fim de Ano, mas para quê três grupos musicais? Porque não só um? -----

Ricardo Silva - Eu, de facto, fico um bocado preocupado com os argumentos usados pela bancada do PSD, porque verifico que usam o passado como argumento de um Orçamento, que vigora para o futuro. Usam notícias de jornal, para justificar um Orçamento. Não vejo mais argumentos na justificação deste Orçamento. Ou seja, o Orçamento, é daqui para a frente, ele vigora para o futuro e, é isso que temos de ter, as questões prioritárias, as questões estratégicas que estão no Orçamento. De facto, o Partido Socialista vem aqui, discute os aspectos orçamentais, os aspectos que estão no Orçamento, as prioridades e vejo o PSD preocupado com o passado. Acho que o passado já passou e temos que falar do futuro, temos de falar do Orçamento, o Orçamento para 2006 e das Grandes Opções do Plano. É isso que está aqui em causa. Acho que o Partido Socialista fez uma excelente exposição, pelo membro e nosso líder de bancada, Dr. Vitor Neto e, não vejo, de facto, justificação da bancada do Partido Social Democrata para votar sequer a favor deste Orçamento. Tenho dito. -----

Euridice Vieira - Os argumentos que foram utilizados, foram as notícias do jornal com os indicadores de quinto lugar, mas é bom salientar que Albufeira, creio que há dois anos, estava em quarto lugar. Estou a ver que, este ano, ficaram muito contentes por estar em quinto. Se calhar não é tão bom assim, a classificação. Em relação ao Orçamento, um dos argumentos que foi utilizado, foi a crise, para a diminuição do investimento. Nas despesas correntes, por exemplo, subiram 25%. Deparamos no nosso futuro, com investimentos que ainda não estão nas despesas correntes. É só. -----

Adriano Ferrão - Eu também, enfim, não sendo um perito na área da economia e na leitura de um Orçamento, sou capaz de o fazer nas minhas possibilidades. E consigo ler, também, o que são aqui as Grandes Opções do Plano. Realmente, este Plano, quanto a mim, mostra sobretudo um trabalho de continuidade do Executivo em relação ao mandato anterior, pois é visível esta complementaridade que existe nos projectos inscritos nestas opções do Plano, sobretudo no que respeita à abrangência temática e também geográfica. Nota-se sobretudo, na vontade do Executivo em manter e reforçar os equilíbrios entre as diferentes freguesias do concelho e assim manter uma harmonia no progresso do mesmo. A população já se deu conta desta atitude do executivo e expressou-o, efectivamente, premiando-o nas eleições autárquicas. O PS, quanto a mim, não está sintonizado com a opinião pública e recorre-se de reticências, apostadas nos "ss", quanto ao Executivo conseguir levar por diante os projectos e os números apresentados. São só "ss". A boa gestão está, explicita nos números apresentados para 2005 e é de esperar a continuidade dos mesmos e, não a descontinuidade. Aliás, se nós olharmos para 2005, fazendo contas de algibeira, e realmente em 75% do ano de 2005, 62,9% são de

execução de despesas. Parece-me bom, principalmente quando é relacionado com 75% do ano perdido e 81% das receitas solicitadas. Parece-me positivo. Enfim, posso estar enganado. Há quem veja de outra maneira. O equilíbrio financeiro apresentado, é importante e o facto de se concretizar a obra sustentada, num bom exercício financeiro, dá confiança aos munícipes, aos consumidores e aos investidores. Enfim, como dizia o deputado do PS, há pouco, olhando para a frente e não olhando para o futuro, e tentando um exercício de rotura com o Orçamento e com as Grandes Opções do Plano, seria de todo desejável, no meu ver e só servia talvez a vontade da oposição. É o equilíbrio insustentado, é o que o Executivo tem vindo a fazer, que os torna credíveis e atractivos, nos múltiplos aspectos da vida, quer para os munícipes, quer para os visitantes, quer para os investidores, quer por quem se interessa por Albufeira. Parece-me que é óbvio, não vale a pena estar a sustentar alguns devaneios nos "ss". Tenho dito. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este tipo de intervenção por parte da bancada do PSD, é também já decorrente. Vem na continuidade, porque eu lembro-me, de facto, durante os quatro anos do mandato anterior, uma das questões que era apontada ao grupo parlamentar do Partido Socialista, é que colocávamos questões de natureza política, fazíamos qualquer tipo de intervenção única e exclusivamente por mera oposição e sem que isso tivesse qualquer consideração válida. Parece-me, não só que o orçamento é continuidade, como também o tipo das críticas. Eu gostaria de lembrar duas questões fundamentais: fala-se do quinto lugar, que é muito apreciado e sem dúvida alguma para nós é muito importante, mas é conveniente verificar que Albufeira é considerado um dos concelhos com maior rendimento per capita do país, portanto é natural que sendo um concelho rico e com rendimento per capita, tenha responsabilidades nesse sentido. Aí, não tenho dúvida nenhuma, que deveremos estar em quinto, quarto e se possível em primeiro. Uma outra questão que gostaria de deixar aqui em aberto: será que com as eleições que decorreram, há pouco tempo, vamos ter este argumento durante quatro anos? Ou seja, os eleitores votaram e portanto, uma parte dos eleitores deve submeter-se à vontade da maioria? Não devemos ter, desculpem o termo, essa arrogância e que perderam o cálice e simplesmente digam, o quer que seja. Eu penso que, mesmo os quatro anos anteriores e com todo o respeito, foram cometidos erros e portanto, não houve aqui uma atitude que tudo foi feito nas melhores das condições. É nesse sentido que nós estamos aqui, efectivamente para dar o nosso contributo e para apontar algumas questões que possam não estar correctas. Deixo aqui este pensamento, para que toda a Assembleia pense nisso e entenda que o resultado das eleições, sem dúvida que legitimam que as pessoas tenham feito tudo e que continuem com o seu trabalho, mas não legitima com certeza absoluta, esta falta de espírito democrático, relativamente a estas questões. Tenho dito. -----

Francisco Calhau - É para dar um pequeno esclarecimento, porque me parece que há pouco não ficou claro. O entendimento que nós temos dos debates que aqui tive, é que são debates entre pessoas que podem ter visões diferentes do mesmo objectivo. Seja do Partido Socialista, seja da CDU, seja do PSD, estamos aqui todos (para nós isso é óbvio), com as nossas diferenças de visão, para defender o mesmo objectivo e, portanto, quando eu uma visão contrária aquela que foi apresentada pelo Sr. deputado Vitor Neto, eu não

estou a fazer juízos de valor sobre se o Sr. deputado Vitor Neto, defende ou não Albufeira, longe disso. Estamos a falar de uma personalidade que é conhecida a nível nacional, de reconhecido mérito, a nível nacional, nas questões do turismo, onde já ocupou lugares de prestígio e que o concelho de Albufeira deve orgulhar-se de ter. Este ponto está fora de questão. O que não significa que se invalide que nós todos temos pontos de vista diferentes na discussão em questão. O que eu acho é que, estamos num concelho, cuja actividade essencial é a actividade turística. Todos sabemos que, para o mal, aquilo que a imprensa a nível nacional possa dizer de mal sobre o nosso concelho e tenha dito no passado, reflecte-se naturalmente na actividade turística, porque os operadores (como nós sabemos), estão muito atentos a esta questão, quanto mais não seja, apenas para negociar valores mais baixos. Todos nós sabemos que é assim, e portanto, não podemos desvalorizar as situações em que se dá o inverso, em que o nosso concelho é posto a nível nacional (não a nível local), em condições e em nível de qualidade, que são exemplares a nível nacional. Já agora, ainda não encontrei, e gostava que me fornecessem esses dados, que são úteis para todos nós, até para podermos comparar em que pontos subimos ou descemos, essa tal posição em quarto lugar, à dois anos atrás. Já é a segunda vez que oíço falar disso, mas não encontro esse resultado. Foi dito pelo deputado Francisco Oliveira, e bem, que o facto de nós estarmos aqui a defender os nossos pontos de vista, na parte positiva, não significa que haja erros para resolver. E é útil que esses dados sejam fornecidos, para nós vermos efectivamente, porque baixamos de quarto para quinto lugar. Se existiu, porque eu não encontrei. Era útil que aparecesse. Já agora, gostava de acrescentar: Li e fico muito satisfeito. O Algarve, penso eu, foi considerado, neste ano, o melhor destino de golfe a nível mundial. É óptimo para nós. Evidentemente que Albufeira tem a sua cota parte neste resultado e deve estar satisfeita. É útil que digamos estas coisas, até para sairmos todos deste espírito pessimista, que a crise nos está a trazer. É útil, que pensemos também, nas coisas boas. Obrigado. -----

Adriano Ferrão - Eu não queria trazer para aqui, uma falta de democraticidade. Antes pelo contrário. Há quem tenha aqui confundido a arrogância do tal espírito democrático, com aquilo que é somente uma crítica à actividade da oposição apostada em algum negativismo. Se fosse por aí, a democracia vai desaparecer. E não vou dar, como seria no meu entender não é mais desejável, criticamente, os defeitos, a popularidade, as competências, daquilo que é exposto no documento, porque se calhar também as poderá haver, e podiam ser salientadas pelo Partido Socialista, neste caso, de uma maneira mais positiva e aliás, poder trazer outra coisa, mais valias, será alternativas ponderáveis. Enfim, há quem o faça, mas há quem não o faça. É preciso mostrar as diferenças. -----

Vitor Neto - É bom que fique aqui claro, de que não há pessimismo nenhum. Parece que não ficou, nas minhas palavras e dos meus colegas de bancada, a ideia do que se pretende, ao assinalar críticas ao Orçamento e ao Plano, denegrir ou prejudicar Albufeira. Seria inadmissível se isso acontecesse. Há o apoio em tudo aquilo que Albufeira tem, em tudo aquilo que Albufeira representa e há uma preocupação: é que esse orgulho se possa demarcar no futuro, realizando cada vez melhor o futuro. Sobretudo na área do turismo, não está parado e quem pensa que se vive só de medalhas, se é o quarto, se é o quinto, ou se somos os melhores do mundo, ou se somos o principal destino, que isso não são

categorias que se mantêm por toda a vida como imutáveis e não sofrem nenhuma contestação. Eu gostava aqui de dizer, até pela experiência que tenho nesse sector: o mundo está cheio de destinos turísticos, que já foram grandes e que deixaram de o ser, por erros que cometeram e por incapacidades que tiveram em enfrentar as novas realidades. Eu não quero citar aqui nenhum exemplo, mas se quiserem podemos discutir isso. É esta a preocupação que nós temos, que é: melhorar; sermos melhor; estarmos á altura dos novos desafios. Eu espero que os nossos amigos da bancada do PSD, não se iludam com algumas coisas e que sintam também o compromisso e o desafio de ter de fazer melhor. Há pouco um colega da Assembleia usou o termo, de que eu gostei, foi a palavra "sóbrio". É que de repente os Senhores também ficaram sóbrios, entraram na realidade, por isso sentiram a necessidade de fazer um Orçamento mais próximo da realidade. Isso é positivo. Essa sobriedade só vos fica bem. Nós aplaudimos. Isso quer dizer que no passado não foram sóbrios, e os eleitores foram votar, votaram livremente, também na base de muitas das promessas que os Senhores fizeram e que agora deviam ter a humildade de dizer que muitas dessas promessas não estão no Orçamento de 2006, nem vão estar no Orçamento de 2007. Perguntar às pessoas: "então e agora, o que é que pensam? Nós dissemos que íamos fazer isto e aquilo, afinal não temos dinheiro. Enganamo-nos na conjuntura." A sobriedade é uma coisa muito interessante. Para responder ao nosso colega: não é mérito nenhum que, tendo passado 75% do ano, se tenha executado 62% do Orçamento. Eu acho que o mérito é ao contrário, se tivesse passado 62% do ano e se tivéssemos realizado 75%. Porque nos três meses que faltam até final do ano, não vai certamente realizar o que falta. Eu creio que estas questões são reais e portanto não há continuidade, como o nosso amigo diz. Há descontinuidade. E então, vamos falar dessa descontinuidade com realismo, a bancada do Partido Socialista está disponível, para, realisticamente, dar os seus contributos, as suas propostas. Na base desse realismo, isso não tem comparação nenhuma, com o votarmos contra este Orçamento. -----

Euridice Vieira - A principal critica que o PS faz e parece que não foi evidente por parte do PSD, é a falta de ambição deste Orçamento. Esta é a principal critica, nada mais. -----

Paulo Freitas - Gostaria apenas de fazer dois considerandos sobre a intervenção do Dr. Vitor Neto, houve algo que me deixou perplexo: fiquei com a sensação que, com este Orçamento e estas Opções do Plano, já estávamos a julgar o mandato. Utilizou palavras de julgamento. As promessas de um programa eleitoral são feitas para o período do mandato. O Orçamento, não é um objecto estático; as Grandes Opções do Plano, não são um objecto estático. São aquilo que hoje é possível, e é a partir daqui que temos uma base de trabalho para concretizar. Daqui a algum tempo falaremos, porque se o PSD é repetitivo nos pressupostos da defesa do Orçamento e das Grandes Opções, o mesmo poderemos dizer de algumas criticas que aqui estão a ser debitadas. Diremos tão só que, as promessas, como se irão verificar a seu tempo, irão ser cumpridas; que, o julgamento será feito a seu tempo; que, esta Câmara tem consciência daquilo que é possível, hoje, fazer e manifesta-las neste Orçamento e nestas Opções do Plano. Utilizou-se a palavra demagogia e isto é que a Câmara, hoje aqui, não o demonstra. É realista, efectivamente, e não podemos comparar este Orçamento, destriçá-lo no elenco da continuidade

económica do concelho, compartimentá-lo e analisá-lo desprovido de uma ideia de actualidade. Isto tem os seus efeitos, tem as suas consequências, tem os seus pressupostos e a Câmara, consciente disso é o que trás a esta Assembleia, um Orçamento e umas grandes Opções do Plano, consciente com os seus compromissos, com o eleitorado e que há de cumpri-los. E esse julgamento, há que ser feito também a seu tempo. Obrigado. -----

Rui Bernardo - Apenas um breve reparo ao Dr. Vitor Neto. Se os argumentos do PSD para ter ganho as eleições fossem as promessas, então tenho a dizer que em termos de promessas ninguém "batia" o PS. O PSD ganhou, pela obra feita e não por as promessas. É tudo. -----

O Presidente da Assembleia ausentou-se da sala e o Primeiro Secretário toma o seu lugar. -----

Primeiro Secretário - Alguém mais quer usar da palavra? O Sr. Presidente da Câmara quer dar alguns esclarecimentos? -----

Presidente da Câmara - As opções estão tomadas. O Orçamento está feito. O Plano de Actividades é esse, portanto, debater todas as questões que foram aqui levantadas, penso que, seria um pouco excessivo e não levaria a lado nenhum. Há aqui situações que não fazem sentido, foram ditas sem o conhecimento da realidade. Penso que, o objectivo está no Plano de Actividades e Orçamento, as questões estão identificadas. Penso que, a opinião e aquilo que é a convicção de cada uma das bancadas está definido. Só quero realçar um ponto em termos daquilo que é o "não" do Orçamento para o turismo: quero dizer que Albufeira nos últimos quatro anos, tem investido mais em turismo, do que nos vinte anos anteriores. E continuará a fazê-lo, porque é uma forma de promoção e de valorização. Em relação às Festas de Fim de Ano, de ser um ou dois grupos: o importante é que os hotéis funcionem, os restaurantes tenham refeições para dar, que as pessoas recebam dinheiro para que possam pagar as rendas das casas. Portanto, em uma economia a funcionar, não há riqueza, nem há distribuição. É tão claro quanto isto. Se nós tivermos uma proposta interessante para quem nos visita, é claro que tudo funciona. Se nós tivermos o "Zé da Esquina", a tocar acordeão, em cima do palco, concerteza que ninguém vem para Albufeira. As coisas têm de ser à sua escala, e Albufeira, neste momento, tem a escala nacional. Há quem, não goste, há quem critique, mas todos vão ver. O Plano de Actividades e Orçamento e feito com rigor, em função das receitas que estão disponíveis. -----

Vitor Neto - Vocês têm a maioria e cada um vá para casa. -----

Presidente da Câmara - Nós temos humildade suficiente para perceber o que é que é preciso fazer e isto é o Plano. Nós temos a certeza que desse lado não está a humildade toda. Essas questões que foram levantadas, não são todas de humildade, são questões que nós podemos contrariar. Neste contexto, o importante é que, isto é um Orçamento, é um Plano de Actividades, não é estático, há compromissos e há investimento. Também fica a saber que, quando as despesas aumentam é porque montamos equipamentos novos. Para cada equipamento que montamos, temos de colocar lá pessoal para que ele funcione.

Relativamente às Piscinas Municipais, para que elas funcionem, são necessárias cerca de quarenta pessoas. Isto vem aumentar a nossa despesa. É claramente um investimento, que no fundo está contabilizado como uma despesa, mas é um investimento. É necessário salientar estas questões. Ao abriremos Jardins-de-Infância e Creches, obviamente, que aumentamos a despesa, mas percebemos também que é um investimento que está a ser feito. O deputado sabe que não podemos admitir pessoal especializado para as funções, só através de supra numerários. Eu quero saber como é que nós vamos construir equipamentos, que estão previstos, e depois como é que os vamos colocar a funcionar? ---

Vitor Neto - Eu é que quero saber? -----

Presidente da Assembleia - Não entrem em diálogo. -----

Presidente da Câmara - Sobre a Polícia Municipal, é uma situação que me aborrece, por uma razão muito simples: eu tenho um quadro de Polícia Municipal, do compromisso que foi assumido há alguns anos, em que abrimos concurso e há sete meses que estou há espera que o Senhor Secretário de Estado me receba, para saber o que fazer com a Polícia Municipal, se é para continuar, e abrir novo concurso para mais funcionários. Em relação a algumas questões, já pedi ajuda a vários membros do Partido Socialista, mas ainda não consegui a reunião com o Sr. Secretário. Se calhar, o Sr. deputado pode ajudar-me? Telefona para o Sr. Secretário de Estado, para me receber. Preciso de saber se aumento o quadro da Polícia Municipal, ou não? São questões fundamentais, em relação á Polícia Municipal. Quem diz Polícia Municipal, diz também outras questões. Pedidos de agenda, que nem sempre é fácil chegar ao Governo. Em relação á Escola de Hotelaria e Turismo: eu sei que não é possível implementar uma escola aqui em Albufeira, mas sim um núcleo. E sei que estamos a trabalhar na formação de activos, de alunos que saiam do Secundário. São questões que estão a ser tratadas, obviamente que, a Câmara sozinha, não vai fazê-lo, mas tem estado a procurar junto das Instituições, para que haja uma ajuda. Temos humildade suficiente para saber que não conseguimos fazer as coisas sozinhos. Este Plano de Actividades e orçamento, é um Plano realista em função das receitas, em função daquilo que está disponível e em função da situação, como sabe, a ajuda dos fundos comunitários. Não há empréstimos para ir "buscar", portanto, estamos numa situação onde é preciso "inventar" novas coisas. É o que estamos a fazer. Não pode ser posto em causa o documento na história da demagogia, que não se faz nada se não houver eleições. Isso não posso aceitar, como deve calcular. Este não é o princípio deste Plano de Actividades e Orçamento, que está feito com toda a dignidade e sobriedade, como comentou o deputado Paulo Freitas, e obviamente, respeitando as opções, convicções e opiniões, de cada uma das bancadas. Mas também vos digo, que esta avaliação será feita, todos os dias, a todas as horas, procurando cumprir os objectivos do Plano de Actividades e Orçamento. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a votação, os dois pontos em simultâneo. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: dez (10) Vítor Neto; Fernando Cabrita; Ana Patrício; Euridice Vieira; Francisco Oliveira; Pedro Ferro; Ricardo Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras Fernando Gregório; Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água Berto

Palma e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Paulo Freitas; José Sequeira; Carlos Gabriel; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Cristiano Cabrita; Maria Eugénia Baptista; Ana Pífarro; Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira Helder Sousa e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita. -----

Ausentes: um (1) Presidente da Junta de Freguesia de Paderne Francisco Guerreiro. ----

Aprovado por maioria dos presentes. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro - Eu sai da sala, porque neste Orçamento estão envolvidos valores do Padernense Clube. -----

Vitor Neto - Entrega à Mesa, declaração de voto (doc.3). -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

Doc 3

Partido Socialista – Assembleia Municipal de Albufeira, 21 de Dezembro de 2005

Assunto: Opções do Plano 2006/2009 e Orçamento do Município para 2006

Os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal vão votar contra as propostas de Opções do Plano e Orçamento apresentadas pelo executivo municipal e já aprovadas em sede de Câmara Municipal.

Fazem-no não por qualquer preconceito de ordem política, ou partidária, mas fundamentalmente por considerarem que existe uma profunda contradição entre as propostas que nos são submetidas e o que era proclamado pelo actual executivo na anterior legislatura e sobretudo com o que foi largamente prometido na campanha eleitoral.

Basta dizer que se tivermos em conta o investimento em 2003, 2004 e 2005 e a previsão para 2006 - de acordo com os números apresentados - teremos uma execução- se for cumprida a previsão - em sede de investimento de valores idênticos aos de 2003.

A ambição é tão pequena que se apresenta já como previsão para 2006 o que foi executado em 2005 até Setembro. E menos do que foi executado em 2003.

Pensamos que estes documentos causam uma grande frustração perante as expectativas criadas, mas têm a grande vantagem de pôr a nu as fragilidades, e contradições deste executivo.

As propostas de Orçamento e Plano em apreço padecem de erros de perspectiva, bem como enfermam de opções de desenvolvimento erradas e de uma notória falta de ambição, prosseguindo políticas socialmente injustas, penalizadoras dos munícipes e da actividade económica do concelho. Salientamos:

1. A falta de objectivos, a incapacidade para afectar os recursos existentes às prioridades de desenvolvimento do concelho e às necessidades sociais da população, o agravamento dos impostos e taxas municipais recorrendo à sub-orçamentação para disfarçar esta realidade, a falta de ambição em áreas tão significativas como a habitação social, a requalificação e reabilitação urbana, a preservação ambiental, a cultura, a formação e a educação particularmente no tange à educação quando todos sabemos que o parque educativo do concelho não responde às carências da população escolar, são realidades que ressaltam à evidência mesmo com toda a cosmética utilizada na apresentação do orçamento.
2. Mas também a falta de coragem, de uma vez por todas, tratar as freguesias com a dignidade que estas merecem, assumindo uma verdadeira e séria contratualização com a transferência para as freguesias de responsabilidades e recursos, limitando-se a manter

5.
tudo na mesma, preparando as propostas de orçamento e opções do plano sem qualquer diálogo prévio com a maioria dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

3. O exercício demagógico de abrir rubricas sem qualquer correspondência em meios financeiros definidos ou afectos, a inserção de projectos cuja concretização não são da competência exclusiva do município sem que haja qualquer garantia da sua execução são exemplos de práticas que não devem ser utilizadas num orçamento e num plano sérios e pautados pela verdade e rigor.
4. Mas também lá está lá e de forma evidente, apesar da tática da ocultação, um aumento de 25% na despesa corrente e uma redução da despesa de capital em 50%, relativamente ao orçamentado para 2005, assim como está o aumento dos impostos municipais em quase 50% relativamente ao orçamentado no ano anterior apesar de ser evidente a sub-orçamentação das receitas de IMI.
5. A opção pelo privilegiar a despesa não reprodutiva preterindo assim o investimento, aliada ao aumento de impostos e taxas, evidencia a falta de futuro colectivo que se nos coloca no que se reporta às políticas e às opções da actual gestão municipal.
6. Mas podemos sintetizar a falta de ambição com um facto: basta olhar para a coluna que estima a execução de investimento em 2003, 2004 e 2005 e a previsão para 2006 a qual de acordo com os números aí constante teremos um executivo que se conforma a executar em sede de investimento valores idênticos aos de 2003.

Certamente que não é este o caminho do desenvolvimento e do crescimento sustentado.

A apresentação das propostas do Plano e Orçamento é um dos primeiros e dos mais relevantes actos deste recém eleito executivo municipal, pelo que era com especial expectativa que os munícipes e todos nós aguardávamos estes documentos. É grande a desilusão. Pelas razões apresentadas votamos contra as propostas de Plano e Orçamento.

Os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira

21 de Dezembro de 2005

José Pimenta - Apresenta declaração de voto (doc.4). -----

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV 

Doc 4

Declaração de voto

A CDU- Coligação Democrática Unitária declara o seu voto contra o orçamento 2006 e grandes opções do plano 2006-2009, baseando o seu voto nas razões mais relevantes e que passamos a expor:

Impostos e taxas municipais:

A CDU ao longo de três anos propôs que o imposto municipal sobre imóveis sofresse uma diminuição na sua taxa, baseando a sua proposta não só na diminuição dos orçamentos familiares, como no facto de ano para ano a cobrança deste imposto proporcionar um crescente aumento das receitas camarárias. Esta atitude é na opinião da CDU demonstrativa da insensibilidade deste executivo para com os problemas dos municípios, que aliás têm originado um grande volume de processos nas finanças por incumprimento do seu pagamento.

Higiene e limpeza:

A privatização destes serviços significou um aumento das despesas e uma diminuição das receitas do município, com um prejuízo de milhões de euros, revelador de uma má gestão dos dinheiros públicos, sem que na nossa opinião a qualidade dos serviços tenha melhorado.

Ambiente:

A poluição da Lagoa dos Salgados constitui um problema ambiental e de saúde pública por diversas vezes denunciado que não vê contemplado neste orçamento qualquer verba ou intenção nas grandes opções do plano 2006-2009 para a sua resolução.

Habitação Social:

Na continuação do anterior mandato, o investimento na construção de habitação social é nulo e demonstrativo do desinteresse deste executivo para com as necessidades

habitação dos albufeirenses. Esta omissão no orçamento e nas grandes opções do plano vem inclusivamente contrariar as promessas contempladas no programa eleitoral do PSD para esta área de intervenção.

Formação profissional:

Demonstrando o desinteresse pela qualificação dos funcionários da câmara municipal, e no seguimento de 2005 este orçamento apresenta um volume de verbas respeitantes à aquisição de livros e documentos técnicos e formação profissional que consideramos ridículas.

Sanitários públicos:

É do conhecimento geral o estado de degradação dos sanitários públicos do concelho. É surpreendente a verba irrisória de cinco mil euros contemplado neste orçamento para conservação e reparações.

ALBUFEIRA, 21 DEZEMBRO 2005

O eleito da CDU


José Almeida

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de autorização para a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, nos termos da alínea s) do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto Palma - Gostaria de saber qual é o método utilizado para as freguesias, relativamente às delegações de competências. É que Olhos d'Água, relativamente às três freguesias, as delegações são as mesmas, mas as verbas não o são. Há uma grande diferença entre as verbas atribuídas às outras três freguesias, que têm iguais competências. Eu tenho lutado por esta questão. Tenho falado com os Srs., Presidente e Vice-Presidente da Câmara, que me disseram que ao longo do

tempo iriam melhorar a freguesia dos Olhos d'Água, no entanto ficou tudo igual. Não houve alteração alguma. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a Proposta a deliberação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (0). -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Vítor Neto; Fernando Cabrita; Ana Patrício; Euridice Vieira; Pedro Ferro; Ricardo Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório; Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto Palma; Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro; José Pimenta; Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Paulo Freitas; José Sequeira; Carlos Gabriel; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Cristiano Cabrita; Maria Eugénia Baptista; Ana Pífaró; Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Sousa e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita. -----

Ausentes: dois (2) Francisco Oliveira e Rui Bernardo. -----

Aprovado por unanimidade dos presentes. -----

PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da reversão para o Município de Albufeira do direito de superfície constituído a favor do Imortal Desportivo Clube - Prédio misto sito nos Caligos, freguesia e concelho de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Miguel Mesquita - Pergunto ao Sr. Presidente: o que é que está previsto para este terreno? -----

Presidente da Câmara - É para um campo de futebol sintético. Já está previsto no Orçamento, o concurso. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a Proposta a deliberação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (0). -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Vítor Neto; Fernando Cabrita; Ana Patrício; Euridice Vieira; Pedro Ferro; Ricardo Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório; Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Berto Palma; Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Guerreiro; José Pimenta; Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Paulo Freitas; José Sequeira; Carlos Gabriel; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Cristiano Cabrita; Maria Eugénia Baptista; Ana Pífaró; Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Helder Sousa e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita. -----

Ausentes: um (1) Francisco Oliveira. -----

Aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. O membro Francisco Oliveira estava ausente. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia desejou a todos os presentes um Bom Natal e um Próspero Ano Novo, e deu por encerrada a sessão, cerca das 22:35 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 22 de Dezembro de 2005 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____
